

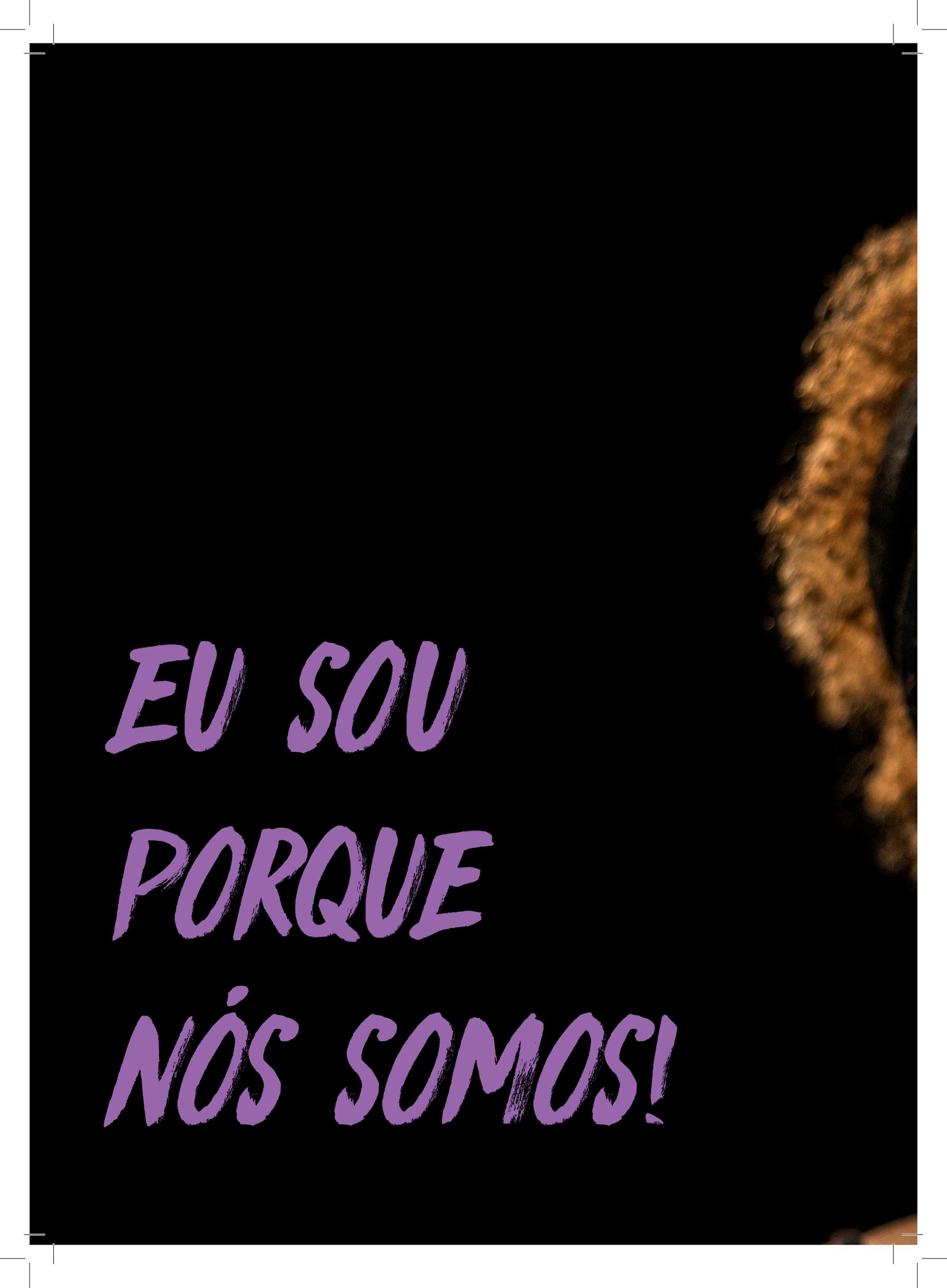
 **MULHERES DA
INTERSINDICAL**
Central da Classe Trabalhadora
Ano 3 | Número 3 | Março de 2019

ESSAS MULHERES

Revista do Coletivo de Mulheres da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora



1 ANO SEM RESPOSTA



EU SOU

PORQUE

NÓS SOMOS!







MULHERES DA
INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

ÍNDICE

- 7 EDITORIAL
Vanessa Gravino
- 8 BRASIL: UM CAMPO DE GUERRA PARA AS MULHERES
Aldenir Dida Dias
- 11 AS MULHERES NA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO
Natália Alves
- 13 MULHERES DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONJUNTURA ATUAL
Jaqueline Franco e Maria Aparecida Machado
- 15 2019: OS DESAFIOS DAS MULHERES DO MOVIMENTO SINDICAL
Nádia Gebara da Silva
- 17 AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DO DEBATE DE GÊNERO NA SOCIEDADE
Janaina de Paula
- 18 ESPECIAL: “A FLOR MAIS AUTÓCTONE DA REVOLUÇÃO”
Homenagem à revolucionária cubana Celia Sánchez
- 20 DIANTE DA PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA À VIDA DAS MULHERES
Mônica Brito
- 22 MULHERES E VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
Patrícia Andréia Carreteiro
- 24 MULHER E RESISTÊNCIA NO BRASIL
Poliana Fé do Nascimento

Esta é uma publicação anual do Coletivo de Mulheres da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora
www.intersindicalcentral.com.br | facebook.com/intersindical.central | Instagram: intersindical_cct (#intersindical)
YouTube: Intersindical Central | e-mail: contato@intersindicalcentral.com.br ou intersindical.central@gmail.com
Sede Nacional: Rua Riachuelo, 122 - Praça da Sé | CEP: 01007-000 | São Paulo/SP | Fone: +55 11 3105-5510
Foto de capa: Renê Júnior | **Página Dupla:** Mídia Ninja (Ensaio Pretas no Poder)
Diagramação: Alexandre Maciel | **Coordenação:** Vanessa Gravino

#3

ESSAS MULHERES

EDITORIAL

2019 veio acompanhado dos avanços da direita, não apenas no Brasil, mas na América Latina – salvo poucas exceções. Esses governos, não apenas de direita, mas também conservadores e reacionários, intensificam práticas (das quais nunca nos desvencilhamos), para aumentar a exploração e o domínio sobre trabalhador@s: aquelas estruturadas no patriarcado racista, heteronormativo e – por que não lembrar? -, colonialista.

Após um ciclo de governos progressistas, a direita latino americana se reorganiza estruturada em mecanismos antigos e violentos que sustentam o sistema capitalista dependente em que vivemos, como o patriarcado, o racismo e a heteronormatividade. Desse modo, a “família tradicional” ganha protagonismo, bem como o “lugar de mulher”, reforçado pelo trabalho doméstico, pelos diversos tipos de violência e pelo controle da sexualidade, tudo entrelaçado à questão racial. Vale ressaltar ainda o aumento dos diversos tipos de violência, o que inclui a violência do Estado contra mulheres, principalmente, contra as mulheres ribeirinhas, quilombolas, negras, indígenas e camponesas.

No Brasil, as primeiras ações governamentais do presidente eleito e de seus aliados indicam qual o caminho a ser seguido: reforma da previdência; terceirizações; privatizações; fim de órgãos que atendem as populações indígenas e quilombolas; término das políticas para as populações LGBTT, negra e mulheres; escola com mordaga, aliás... se a preocupação é com a “doutrinação”... ela está só começando! Mas seus atores estão no controle governamental e representam os interesses das forças capitalistas dos países considerados desenvolvidos.

Já sabemos que os donos do capital não se importam com nossas vidas, vide o recente caso de Brumadinho. E, quando o Estado se mostra completamente favorável aos interesses desses homens, as políticas implementadas são aquelas que retiram direitos e restringem nossas liberdades, em especial enquanto mulheres. É ingenuidade pensar que as ações de Damares Alves, os PLs que incidem sobre os direitos sexuais e sobre a vida das mulheres e das populações negra e LGBTT não são parte do que se coloca como “pautas gerais” ou que são questões paralelas à engrenagem que expressa o capitalismo dependente que temos vivenciado. Tudo está ligado! Nossas lutas não podem ser resumidas às “pautas identitárias” – como muitas vezes escutamos por aí. É preciso abandonar o antigo debate da esquerda (que nestes momentos reaparece), aquele debate que coloca mulheres, negr@s e LGBTTs como divisionistas ou como pautas de menor importância em relação às pautas “gerais”. Precisamos buscar perspectivas que enxerguem cada peça como parte do que compõe o todo da engrenagem e não como algo paralelo.

Se pretendemos lutar e avançar, é hora de repensar, reformular, estudar os movimentos que levaram a direita a retornar com força no Brasil e em diversos países da América Latina. Estar atentas e aprofundar o debate sobre as ações desses governos, nos fortalecer entre e como mulheres, negras, caribenhas, latino americanas e internacionalistas que somos, ganhando força sem anular nossa diversidade... e, claro, continuarmos nas ruas, de maneira organizada, de forma que possamos marchar em conjunto, combatendo e resistindo!

Vanessa Gravino
Militante do coletivo Essas Mulheres da Intersindical

BRASIL: UM CAMPO DE GUERRA PARA AS MULHERES



*Prof. Dra. Aldenir Dida Dias
Coletivo Feminista Marias vais
com as Outras e militante da
Intersindical e do PSOL*

No Brasil, nenhum lugar é seguro para as mulheres, nem para as meninas e crianças; não o é na rua e nem em suas casas.

Muito temos escrito, falado, desenhado e gritado sobre o assunto violência contra a mulher e você já se perguntou, o porquê da sua permanência entre nós, e principalmente, por que só parece aumentar?

Penso que o primeiro ponto seja compreender o que está se chamando de mulher, para não cairmos no erro comum de acharmos que somos apenas uma, no singular, afinal, quem somos? Somos mulheres brancas, negras, de pele mais clara e mais escura, somos mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, indígenas, viventes em regiões tradicionais como quilombolas, ribeirinhas, sertanejas, somos lésbicas, bissexuais, transexuais e heterossexuais, somos crianças, jovens, “adultas” e idosas de variadas partes e, locais, do país, somos todas com e sem algum tipo de deficiência, afinal somos uma multiplicidade que às vezes somadas quadruplicam nossas boas ou más chances e oportunidades de viver no Brasil.

A diversidade do ser mulher, no Brasil, coloca o grau e o nível da violência posta a nós - e os dados não nos deixam dúvidas, pelo contrário - nos deixam com o problemão de tentar entender o que falta pra resolver esta epidemia em nosso país. Entender porque esta pauta ainda segue

restrita às feministas, ao movimento de mulheres e à algumas “intelectuais”.

Enquanto não compreendermos que, sem mexer no patriarcado machista, racista e lgbtfóbico, nada mudamos, além de não conseguirmos envolver o conjunto das mulheres trabalhadoras. A classe tem gênero, sexo, raça e orientação sexual. A ideologia burguesa, há séculos, se utiliza desta diversidade da nossa classe como instrumento e arma de dominação.

Um segundo ponto é entender o que estamos chamando de “campo de guerra”. A violência contra a mulher acontece em todos os lugares onde ela está, como local de trabalho, local de lazer, local de moradia, local de estudo e no trajeto entre um lugar e o outro. Também acontece de forma direta: “você é uma burra, não entendeu nada”, “mas também com esta cara horrorosa”, de “tão feia nem dá para ser estuprada” (atual presidente sic), como também, na forma indireta... “sua gostosa, que linda e inteligente”, “nem parece que foi feito por uma mulher”, “eu te amo tanto e você nem parece me amar, nem confia em mim, poxa, estou só pedindo uma prova deste amor” ou ainda na forma mais direta ainda que é dando um empurrão, ou se esfregando num transporte público ou quando chega em casa e além de exigir a

refeição pronta exige também transar, ou ainda quando estupra sua filha ou enteada pois para este homem, esta menina é sua propriedade ou chegando ao feminicídio, pois ele não aguenta perdê-la e a mata, “se não fica comigo, não ficará com mais ninguém”.

Os casos de pedofilia são enormes e a maioria é de meninas, realizados por pessoas da sua confiança ou relação social.

E, é urgente, não nos esquecermos aonde ocorrem os casos de violência contra a mulher; ocorrem no local de trabalho, no local de militância, de estudo, de treino esportivo, de ensaios artísticos etc. Destaca-se que a forma em alguns destes casos, é na mesma lógica: as mulheres como propriedade masculina, mulheres enfeites, mulheres tratadas como inferiores e infantis.

O título da matéria do Observatório do Terceiro Setor do dia 23 de janeiro de 2019, Brasileiras em perigo: 107 casos de feminicídio em 20 dias de 2019 nos mostra a gravidade da situação, nos primeiros dias deste ano de 2019, mais da metade (55%) ocorreram entre sexta-feira e domingo, período em que as delegacias da mulher estão fechadas.

A violência contra a mulher é de vários tipos, incluindo as chamadas, não visíveis, algumas por parte institucional, pública e privada, como exemplo temos a área da saúde, onde 25% das grávidas passam por violência obstétrica, sendo as mulheres negras maioria nesta porcentagem.

As transformações econômicas, necessárias à acumulação de capital e riquezas dos países do norte mundial, exigiram e continuam a exigir, um processo de

reestruturação em escala global da divisão de trabalho, o que resulta no aumento do desemprego, acréscimo de postos de trabalhos periféricos, baixíssimo salário e ampliação das doenças como lesão do esforço repetitivo e depressão.

Assim, estas transformações prejudicam sobremaneira as mulheres, uma vez que há aumento de trabalho – incluindo o não pago – o doméstico, precarização atingindo o nível de uma feminilização e racialização da pobreza e, conseqüentemente, uma manutenção da violência contra a mulher, posto que a deixa em situação de mais fragilidade para conseguir enfrentar e sair destas situações de violência.

O peso do racismo, no quesito violência contra a mulher negra, parece que chocou a todas/os quando foram divulgados dados, de que na última década, esta violência aumentou 54% enquanto a violência contra a mulher branca diminuiu cerca de 10%. Apesar do alarde na divulgação destes dados sobre violência contra a mulher, parece estarmos anestesiadas e anestesiados, talvez tenhamos nos acostumado com tantas atrocidades, o que aumenta o problema.

O que falta mudar, o que falta dizer? Como faremos com a criminalização destas temáticas, destes conteúdos na atual conjuntura política do país, quando são anunciadas grandes alterações no ministério da educação e sua política educacional?

Os serviços estatais de prevenção ao feminicídio tais como formação de profissionais e centros de referências são inexistentes e as poucas políticas públicas no enfrentamento ainda são as delegacias da mulher, funcionando somente em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

O desafio aumentou com a conjuntura atual, pois o país elegeu governadores e parlamentares mais conservadores, todos tendo como pauta a retirada dos poucos direitos econômicos e sociais que conseguimos como a reforma da previdência, a mudança da legislação trabalhista, a ameaça à demarcação de terras quilombolas e indígenas e, as alterações sobre as temáticas de gênero e sexualidade e sobre as questões étnico raciais na

educação nacional.

Portanto, é para ontem nossa tarefa de ampliarmos e aprofundarmos este debate em nossas organizações, movimentos, partidos, sindicatos e a toda sociedade. Importante também é compreender que somente com as interseções entre classe, sexo, gênero, raça e etnia, orientação sexual e regionalidade, poderemos nos organizar e alterar esta realidade. 🏳️‍🌈

SEGUIMOS COM A PALAVRA DE ORDEM: SÓ A LUTA COLETIVA MUDA A VIDA!



Foto: Vanessa Gravino

AS MULHERES NA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO



Natália Alves
Jornalista e militante das
lutas urbanas e ambientais
em Belo Horizonte

“Eu quero o meu esposo dentro da minha casa, assim como ele saiu de lá”.

25 de janeiro de 2019. O rompimento da Barragem I da empresa Vale, localizada na Mina Córrego Feijão, Brumadinho, Minas Gerais, despeja mais de 12 milhões de m³ de rejeitos e minério, deixando um rastro de destruição de 100 km. O número de mortos e desaparecidos, atualizados a cada dia, é da ordem das centenas de pessoas. As imagens da destruição estão em todos os jornais, gerando perguntas consternadoras: como é possível que um refeitório de trabalhadores, oficinas, comunidades, pousadas estejam abaixo de uma barragem de rejeitos? Enquanto se busca respostas, estruturas de contenção são colocadas ao longo do Rio Paraopeba que corre morto em direção ao Velho Chico, ameaçando-o de contaminação.

Se o número exato de pessoas que perderam sua vida ainda é incerto, um fato não escapa aos olhos de quem vai a região: as mulheres são a maioria dos que se deslocam aos postos de informação e que estão nos abrigos provisórios. Nas listas de mortos e desaparecidos divulgadas até o momento pelo poder público, os homens representam cerca de 80% das vítimas. Levando em conta as informações de trabalhadores da Vale e terceirizados, o maior contingente de vítimas, cerca de 10% são mulheres, um retrato da atividade minerária industrial, que emprega ma-

oritariamente homens, embora o número de mulheres empregadas no setor tenha duplicado desde 2006 (RAIS/MTE, 2016).

Daniela Fernandes de Oliveira, 38 anos, auxiliar administrativa, é casada com Reinaldo Simão de Oliveira, 32 anos, trabalhador terceirizado da empresa Transpes, prestadora de serviços para a Vale. Os dois têm uma filha de 9 anos e Reinaldo está desaparecido. Impaciente com a ausência de informações precisas na Estação do Conhecimento, espaço indicado pela Vale como referência para atendimento aos familiares, Daniela responde com indignação: “Eu quero o meu esposo. E eu quero ele dentro da minha casa, assim como ele saiu de lá. Cambada de irresponsáveis, Vale, Transpes e todas as operadoras que colocaram seus funcionários naquela m****. Eu tô cansada de mudar horário, é 10h30, 11h, 12h, 12h30. Eu tô esperando o resultado de um concurso público não. Se o meu marido não tem valor pra vocês ele tem pra mim. Ele é meu esposo, pai da minha filha, filho da minha sogra. Ele é um simples funcionário de vocês substituível, mas pra mim não é”, afirma.

A fala de Daniela ganhou repercussão e parece sintetizar a revolta dessas mulheres. Esposas, filhas e mães buscam informações, se deslocam para hospitais e



Foto: Natália Alves



Foto: Natália Alves

para o Instituto Médico Legal; denunciam a Vale e cobram atitudes do poder público.

A revolta e a desolação está estampada nos rostos daquelas que perderam entes queridos, casas, hortas e outros meios de reprodução da vida em meio a lama que atingiu a zona rural de Brumadinho. Uma maioria feminina aguarda a transferência para hotéis em Belo Horizonte, capital do estado, mesmo procedimento adotado pela Vale no desastre-crime de Mariana e já questionado por atingidos e movimentos, por submeter as pessoas ao isolamento, facilitando possíveis investidas da empresa.

Sendo empregadas em menor número na mineração, quando os empreendimentos chegam em suas comunida-

des, as mulheres são as maiores responsáveis pela agricultura e criação de animais que garantem a soberania alimentar da família. Ainda realizam atividades como trabalho doméstico e desenvolvem pequenos comércios. Agora, depois de perdas irreparáveis precisam lutar por uma justiça que ainda não chegou aos desabrigados de Mariana, ocorrido em 2015.

Nesse contexto, embora a luta por justiça e reparação envolva todos os atingidos, movimentos, ambientalistas e todos aqueles preocupados com a necessidade de transformação do modelo de desenvolvimento do país, o desafio de levar essa luta adiante e ainda seguir reproduzindo a vida para si própria e para entes queridos parece estar em mãos majoritariamente femininas. ♀



Foto: Natália Alves



Foto: Natália Alves

MULHERES DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONJUNTURA ATUAL



Jaqueline Franco
Acampamento Arco-Íris
Gurinhata, Minas Gerais



Maria Aparecida Machado
Assentamento Nova Tangará
Uberlândia, Minas Gerais

Testemunho de vida de uma mulher assentada...

“Sou Cida Machado. Sou assentada pela Reforma Agrária. Vivo no Assentamento Nova Tangará, Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Este assentamento possui 250 famílias e foi ocupado em 23 de agosto de 1999, tendo sido legalizado no ano de 2006.

Para que eu e minhas companheiras fosse assentadas, passamos por grandes e muitas dificuldades como preconceitos por ser mulher sem terra e trabalhadora do campo.

Mas nas lutas a presença da mulher é muito importante com fechamento de BRs, ocupações, enfrentamento de grandes latifundiários, capangas, governos municipal, estadual e federal. Sempre as mulheres estão à frente da luta; quando a mulher é negra, o preconceito é maior e nos coloca pra baixo; mas somos fortes. Nunca vamos deixar de lutar pelos nossos ideais e direitos conquistados. A grande dificuldade da mulher do campo,

quando vai assinar seu termo de compromisso (CCU - Contrato de Concessão de Uso da Terra), dando a elas o direito de usufruir a terra e quando elas não têm Companheiro e sim Companheira, o INCRA suspende o Contrato de Uso da Terra. Isso é um grande preconceito. Mas é aí que entra a nossa luta: todas por uma e uma por todas!

A mulher do campo sofre grandes dificuldades em relação ao ser esposa, acesso à saúde, educação, produção e participação política. Há uma discriminação da mulher do campo na participação política; sinto que há um entendimento de que, por ser do campo, a mulher não tem capacidade para desenvolver projetos de políticas públicas; há muita discriminação das mulheres; mesmo no dia a dia da luta, as mulheres não têm voz e espaço no momento de assumir representatividade coletiva e mesmo na defesa de seus direitos; os próprios companheiros de luta legitimam essa de discriminação da mulher”.

LUTA DAS MULHERES DO CAMPO: UM ESBOÇO TEÓRICO

Por conta da escolha política das elites agrárias brasileiras, somadas aos interesses do capital estrangeiro, que privilegia a concentração de terras, historicamente o campo brasileiro foi construído como lugar de atraso e pobreza para parte das populações que habitam e ha-

bitaram este território. O resultado de tal construção, foi a expulsão de um grande contingente de pessoas do campo ou, então, a quase ausência de políticas públicas que efetivamente alcancem a população que resiste às investidas do agronegócio e conseqüentemente é colocada em situ-

ação de pobreza rural.

A consequência da geração de pobreza e abandono no campo é sentida mais duramente pelas mulheres, em decorrência da nossa construção social patriarcalista, machista e racista.

Mulheres do campo, aqui faço o recorte das camponesas sem-terra e assentadas - visto que este é o nosso lugar de fala, são efetivamente as que mantêm a agricultura familiar; porém, ainda são poucas as que despertaram consciência para as suas potencialidades. No atual cenário político, de perdas e retrocessos, não temos dúvidas que seremos duramente atingidas.

O machismo e o patriarcalismo que cotidianamente nos diz: “lugar de mulher é na cozinha, criando filhos e cuidando do quintal”, que já nos silencia, invisibiliza e mata, tende a ser reforçado em decorrência dos discursos violentos que têm alcançado visibilidade.

Nesta perspectiva acreditamos que precisamos urgente pararmos para a escuta das mulheres do campo e a partir delas e com elas construirmos formas de intervenção geradoras de bem viver nestas realidades.

Os pontos de opressão identificados na vida de grande parte das companheiras são: 1. Violência psicológica e física por parte de seus companheiros; 2 Desvalorização de seus trabalhos; 3 Descredibilização e deslegitimação de suas opiniões e de suas formas de pensar o mundo; 4. Falta de estímulo e incentivo à autonomia dessas mulheres.

A violência psicológica contra a mulher está mais presente nas relações entre gêneros que se estabelecem no

campo. Contudo, é difícil de identificar, trata-se de condutas que causam danos à saúde emocional e pleno desenvolvimento da mulher, a exemplo de palavras e atitudes que ferem sua auto estima. No meio rural, manifesta-se sobretudo como tentativa de controle das opiniões e das ações, mediante chantagem, constrangimento, humilhação, perseguição e manipulação. Esta violência psicológica, geralmente, precede a física.

A tentativa de controle e o sentimento de posse, tendem a desaguar em agressões físicas. Na maioria das denúncias, por conta de um processo de violação mental infringido à mulher, a vítima acredita que é culpada. Lembrando que a violência física, muitas vezes, resulta na morte da vítima. Assim, retira-se das mulheres do campo sua autonomia enquanto pessoa humana e as reduz a condição de inferioridade.

Somado às violências enfrentadas, a desvalorização do trabalho da mulher do campo ocorre pela depreciação do que esta produz, minimizando o que ela faz, como o trabalho em casa e mesmo os produtos que a mulher desenvolve para pôr no mercado, sejam do artesanato, da pecuária ou da agricultura; a depreciação se dá pelo simples fato de ser um produto do trabalho da mulher.

A descredibilização e deslegitimação de suas opiniões e de suas formas de pensar o mundo se dá pelo não reconhecimento da capacidade de compreensão teórica do mundo pela mulher. E, por fim, a falta de estímulo e incentivo à autonomia dessas mulheres, ocorre por palavras e atitudes que visam manter a dependência em relação ao homem, contribuindo para a continuidade do patriarcalismo e do machismo nas relações sociais, assim como no meio urbano e também no campo. 🍆



2019: OS DESAFIOS DAS MULHERES DO MOVIMENTO SINDICAL

Nádia Gebara da Silva

Assessora do Sindicato Químicos Unificados. Este texto contou com a preciosa contribuição de Alana Ferreira, Márcia Tavares, Nilza Pereira e Rosângela Paranhos

A cada começo de ano, nós, mulheres do movimento sindical, nos perguntamos quais os novos e velhos desafios que marcarão o período. Em 2019, esta pergunta se tornou crucial.

O novo patamar da exploração capitalista, o neoliberalismo, trouxe consigo elementos com traços rudimentares de fascismo: aumento da violência institucionalizada e paralela (milícias, jovens treinados militarmente por igrejas, capangas do agro negócio ou de empreiteiras e outros semelhantes), aumento do conservadorismo, frações da classe dominante que apelam à classe trabalhadora para defen-

der seu setor do capital, aumento brutal dos mecanismos de convencimento e disciplinamento das classes subalternas, elementos esses que se somam à maior captura de recursos públicos por parte do capital, à política perversa da chamada austeridade, que é austera apenas para os de baixo, à brutal concentração de renda e aumento ainda mais brutal das desigualdades.

No Brasil, depois de 12 anos de governo petista, com uma política de desenvolvimento capitalista baseada no aumento do consumo, que tirou da miséria um enorme setor da população, mas



Foto: Natália Alves

que não mexeu nas estruturas do capital e não apostou na mobilização e organização popular, diversos direitos conquistados com muito tempo e muita luta foram facilmente destruídos por dois anos de governo Temer e por um mês de governo Bolsonaro. Avança também uma onda de conservadorismo, de falso moralismo, de ódio, de discriminação e de preconceito. Tal articulação de neoliberalismo e traços de fascismo atinge, também, trabalhadores brancos mas é particularmente cruel com negros, indígenas, população LGBT e mulheres.

Por tudo isso, identificar os desafios em 2019 é uma questão de vida e morte.

Eu bem que gostaria de dizer que nosso grande desafio é a luta pelo socialismo e só. Mas não é, tristemente, não é.

Assim, perguntei a algumas companheiras sindicalistas e feministas, que, junto com a luta estritamente sindical, batalham por solidariedade, igualdade, pelo direito a amar a quem quisermos, a decidirmos pelo nosso próprio corpo, pelo direito a ser diferente, direito a não ser oprimida(o), quais são os desafios deste ano.

Todas as que responderam apontaram uma questão antiga: enfrentar o machismo presente nos locais de trabalho, por vez na forma explícita de assédio sexual, por vezes na forma de assédio moral ou discriminação salarial. Algumas complementam que, infelizmente, continuamos a ter que enfrentar também o machismo no dia a dia do sindicato. E uma delas indica o desafio de incorporar nossos companheiros do sindicato e os companheiros das dirigentes na discussão sobre a opressão das mulheres, pois eles acham que é mimimi e, por vezes, até tor-

cem para “darem errado” as atividades de gênero.

Outro desafio muito apontado é o de combater a violência física e moral a que os trabalhadores e trabalhadoras são submetidos(as), em especial mulheres, negros, indígenas e LGBTs, violência que tende a se intensificar muito no novo governo.

Um terceiro desafio é o de estabelecer diálogo com a base e a população trabalhadora em geral para que mais gente entenda e se some na luta contra o neoliberalismo.

Um quarto desafio é a luta pela igualdade das oportunidades, dado que a política ainda incipiente de reparações históricas já está sendo destruída. Essa luta é insuficiente em si só, mas é necessária como parte da luta contra a opressão patriarcal, racista e homofóbica.

Um quinto desafio, que não é novo, mas que agora adquire mais peso, é o de nos mantermos atualizadas na informação e compreensão da realidade e contribuir para os coletivos sindicais também estejam, nas diversas esferas, a da comunidade, a da cidade, a do estado, a do país e na internacional, pois o estrangulamento dos direitos está acontecendo de forma ampla, desigual e combinada.

Um sexto desafio é a luta contra o desemprego que implica, por um lado, na mobilização das desempregadas e dos desempregados e, por outro, numa batalha junto aos trabalhadores empregados, no setor privado ou no público, a se enxergarem junto dos desempregados.

Por fim, mas não menos importante, o desafio de nos mantermos unidas, de mãos dadas. Ninguém larga a mão de ninguém!✊

AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DO DEBATE DE GÊNERO NA SOCIEDADE



Janaina de Paula
Professora de história e
coordenadora da subseção da
APEOESP Itaquera

Este artigo não tem a pretensão de esgotar hipóteses, e sim de trazer à tona uma discussão importante, que lança um olhar sério para números alarmantes de violência contra a mulher. É imprescindível considerar, também, que as religiões neopentecostais e grupos mais conservadores protagonizam o papel de legitimar o retrocesso que temos assistido.

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. Categorizar gênero “masculino” e “feminino” pode ser impreciso e enganador, como até Freud foi capaz de admitir, pois essas denominações podem ter múltiplos significados para cada autor.

Em seu livro, *História e Gênero*, Andréa Lisly Gonçalves se aprofunda nas questões de psicanálise e, também, atenta às contribuições de Joan Scott, entende-se que masculinidade e feminilidade são posições-sujeito, construídas ideologicamente e não somente restritas às questões biológicas. É um mecanismo que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, sensações e ações dentro de uma estrutura de poder. E a história contribui ao destacar que essas diferenças são sentidas e manifestadas como desigualdade,

preconceito e ódio.

Ao reivindicarmos igualdade de gênero na educação, se evidencia a busca por um ambiente inclusivo e que combata às discriminações, terreno fértil para um espaço democrático e menos desigual. Vale lembrar que o debate de gênero mostra que é possível existir igualdade e respeito entre as pessoas. Quando essa discussão é silenciada, uma série de liberdades são violentadas. Violências causadas e legitimadas pela desinformação, pelo preconceito, pelo medo do desconhecido e, principalmente, pelo ódio sistêmico.

A ausência dessa discussão deságua em uma divisão do trabalho completamente desigual, em que as mulheres acumulam jornadas e seus trabalhos costumam ser precarizados. Muitas vezes, são essas as mulheres que sofrem violência doméstica, que ainda pode chegar ao seu ápice e decorrer em feminicídio.

E é contra a hegemonia da superioridade do que é dito “masculino”, que violenta e aprisiona mulheres, homens e crianças que temos a obrigação de nos posicionar e combater.

Todas as relações sociais são atravessadas por um retrocesso de dimensões caóticas, pois ao pensarmos que a falta desse debate acarreta um grande problema no trabalho, na educação, nos lares e na sociedade como um todo, é praticamente um aval para o machismo, misoginia, homofobia e lesbofobia. 🏳️‍🌈

"A FLOR MAIS AUTÓCTONA"



“Para medir quem foi esta nossa irmã, basta sublinhar que é impossível escrever a história de Fidel Castro sem relacioná-la à vida de Celia Sánchez Manduley”. (Armando Hart, presidente do Centro de Estudos Martianos)

Como mulheres, para prestar homenagem aos 60 anos da Revolução Cubana, rememoramos o nome de Celia Sánchez, “A flor mais autóctone da revolução”, como Fidel Castro se referiu à guerrilheira que teve papel de destaque na construção de Cuba socialista. Não por acaso, o nome de Celia está espalhado pelas ruas e praças de Cuba. Mulher protagonista na Revolução e uma das fundadoras do Movimento Revolucionário 26 de Julho.



Documentário “Celia La Más Hermosa Flor”
(Ariel Prieto-Solis/ Servando Valdés - 2015)
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ifHfkBnoLSM>

No ano de 1953, no centenário do nascimento de José Martí – símbolo de luta da Independência cubana – antes do ataque ao quartel Moncada, Celia e outros companheiros realizaram uma homenagem a Martí, colocaram o busto do mesmo no ponto mais alto do monte Turquino. Na época, ela dizia que a ação era para que as pessoas que passassem por ali se lembrassem que faltava “concluir a obra que Martí começou”. Meses depois, ocorreu o assalto ao quartel Moncada, o qual



STONE DA REVOLUÇÃO”



Celia não participou, mas teve papel de destaque na campanha financeira para ajudar os prisioneiros e suas famílias.

Mais tarde, com seus conhecimentos sobre a região em que vivia e sobre seu povo, organizou a guerrilha no oriente da ilha, ao lado de Frank País, aquelas eram as pessoas que lutariam junto de Fidel, Che, Camilo... Este trabalho de mobilização, organização, conscientização popular foi, em grande medida, fundamental para o sucesso revolucionário. O que explicaria que o desembarque de 12 homens em Granma, em pouco tempo, se transformasse em um exército rebelde invencível?

Norma (ou Aly – codinomes de Celia), também, organizou toda a infraestrutura da Sierra Maestra, além de ser amiga e, segundo consta, a única que fazia críticas à Fidel Castro. Ela era o que ligava a planície à Sierra. O

exército de Batista tinha ordens para assassiná-la. Conta-se – no entanto – que ela passava “pelo nariz” daqueles soldados com remédios, alimentos, roupas e novos guerrilheiros sem ser vista. Mas, esta luta era insuficiente para Celia, que alcançou o posto de primeira guerrilheira mulher da Sierra Maestra, abrindo caminho para outras mulheres que se incorporaram àquelas lutas revolucionárias.

Além de combatente, Celia manteve viva a memória da guerrilha e do próprio Fidel. Guardava documentos, papéis, anotações, palavras, discursos e até piadas feitas pelo comandante. Havia quem achasse um exagero, mas ela dizia: “há muitos papéis sem importância hoje, mas para o futuro e para a história, serão de grande valor”. Hoje, sabe-se que todos os detalhes do cotidiano da guerrilha só puderam ser conhecidos pelo diário de Che e pela documentação que Celia organizou durante aquele período...

(Fotos da esquerda para a direita: Cubadebate.cu; El Nuevo Herald; Lucy Milanés; Doc. 'Celia La Más Hermosa Flor')

www.intersindicalcentral.com.br | facebook.com/intersindical.central | Instagram: intersindical_cct (#intersindical)



DIANTE DA PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA À VIDA DAS MULHERES



Mônica Brito
Membra da Coordenação
Nacional da Intersindical

Foto: Amanda Kassia



NÃO NOS CALARÃO! A luta contra a violência machista, contra o racismo e contra o patriarcado se mostram cada vez mais fortalecidas. Além de ser causa prioritária para as organizações de Mulheres, Mulheres Negras, Direitos Humanos e Movimentos feministas de esquerda.

A violência ainda é a problemática que marca a luta e os enfrentamentos combativos das mulheres.

É fundamental o cuidado pela vida das mulheres, em especial, das mulheres negras nos diversos espaços em que vivem: campo, cidade, território da floresta, rios, águas ribeirinhas, pescadoras, periféricas, das áreas de garimpos, nos territórios de extração mineral, nos

cercados dos latifúndios, que são controlados por fazendeiros aliados ao patriarcado capitalista internacional, baseados em modelos de uma economia predatória contra a vida das pessoas nos espaços da territorialidade Amazônica.

As mulheres desses diversos territórios são atingidas violentamente pelas práticas opressoras do capitalismo, aliadas à misoginia.

As mulheres do campo são, ainda hoje, invisibilizadas, tanto em relação à sua produção quanto em relação às suas condições sociais. Sua condição de ser mulher as torna invisíveis, dificultando o acesso e a participação em políticas públicas e decisões econômico-políticas.

Segundo índices de violência contra a mulher, o FEMINICÍDIO (13.104/2015) vem se alastrando, mesmo com meios legais de combate ao mesmo, como a Lei Maria da Penha (11.340/2006). Entre 2005 e 2015, os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de feminicídios, estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, sendo Altamira, Pará, o município mais violento. Este contexto emblemático contra a vida das mulheres, confirma, também, que o feminicídio tem cor, e é NEGRA.

Segundo levantamento do Atlas da Violência, realizado entre 2006 e 2016, o número de mulheres negras assassinadas por sua condição de gênero cresceu 15,4%, ao passo que o índice de feminicídios de brancas caiu 8% no mesmo período.

São diversas as formas de transmitirem dores ao corpo das mulheres, desde o aspecto econômico, materializado, por exemplo, pelos baixos salários, passando pela violência psicológica, sofridas em diferentes esferas da sociedade, até na hora de parir... é comum mulheres negras escutarem: “na hora de fazer não chorou...”, “como quer ser mãe assim?” Tantas violações acabam na violência física, sexual e no feminicídio... e estas, muitas, vezes ocorrem no âmbito da unidade doméstica.

Cabe a cada uma e cada um, em qualquer espaço que estivermos, a vigília e o combate a todas as formas de violência. Nossas vidas importam!

A vida sem violência contribui com a maior participação das mulheres na esfera política. Exigimos a visibilidade às

Tabela 6.3 – Brasil: taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes (2006 a 2016)

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes										Variação %		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
Brasil	4,6	4,3	4,6	4,9	5,2	5,3	5,5	5,4	5,4	5,2	5,3	15,4%	0,8%

Tabela 6.4 – Brasil: taxa de homicídios de mulheres não negras por 100 mil habitantes (2006 a 2016)

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes										Variação %		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
Brasil	3,3	3,0	3,2	3,3	3,2	3,1	3,2	3,3	3,3	3,1	3,1	-8,0%	-1,2%

Fonte: Atlas da Violência 2018 (IPEA). Páginas 54, 55.

Segundo o IPEA, em 2013, em todo o país 61% dos feminicídios foram de mulheres negras, com destaque para elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões norte (83%) e nordeste (87%) e centro-oeste (68%).

Ainda de acordo com o IPEA, a maior parte das vítimas apresentavam baixa escolaridade, 48% com até oito anos de estudo.

nossas ações e o respeito aos corpos negros nas ruas, no trabalho, na educação, nos movimentos sociais, nas florestas, nas águas, nas territorialidades de nossa perspectiva de mulheres de luta.

Lutamos por um novo marco civilizatório, em que as mulheres possam escolher seus próprios rumos e ser livres em suas diversidades. **Continuemos na Luta!** 🇧🇷

MULHERES E VIOLÊNCIA PATRIMONIAL



Patrícia Andréia Carreiro
*Ativista da educação e direitos,
Membra da Intersindical,
Apeoesp e Simpeem.*

Segundo o Conselho nacional de justiça, violência patrimonial é qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial e total dos objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos de determinada pessoa. Infelizmente, este é um tipo de violência comumente realizada contra mulheres e, claro, vem acompanhada de outras formas de violência, como a psicológica e, até mesmo, física.

Em teoria, todas temos o direito de escolher nossos companheiros, bem como de acabarmos um relacionamento. No entanto, no momento do término de uma relação, muitas mulheres recebem ameaças, tem seus bens “confiscados”, ou seja, são punidas por alguém que sente que está perdendo não sua companheira, mas sua propriedade. Estas mulheres sofrem uma violência que é muito comum, mas pouco debatida na sociedade: a violência patrimonial.

Existem muitas formas de expressão deste tipo de violência: desde o confisco de bens como celulares, computadores, carteira de trabalho, documentos, até o confisco de todo o salário, de algum dinheiro que a mulher economizava, do registro de imóveis no nome apenas do homem, aquisição de registro de bens no nome de parentes, menosprezar e desqualificar o trabalho de administração do lar, da educação dos filhos, dispor de sua força de trabalho e tempo para a aqui-

sição do patrimônio comum, bem como desconsiderando sua dupla e até tripla jornada de trabalho, usar de má fé usando o nome da companheira para transações financeiras ilícitas, para prejudicar seu crédito perante o mercado, adquirir bens usando seu crédito e não pagá-los, principalmente após a separação, acarretar perda de direitos financeiros sobre coação, ameaça e pressão, contratando um advogado parcial, para o divórcio, negar alimentos compensatórios após a separação, alegando que por ser jovem e ter formação acadêmica, por exemplo, poderia ingressar imediatamente no mercado de trabalho (ainda que a mulher se encontre em situação vulnerável economicamente devido à ruptura da vida em comum), abandonar emprego formal ou ocultar vencimentos apenas para não ter que pagar alimentos aos filhos(as) e esquivar-se propositalmente do oficial de justiça para não ter que contribuir para o sustento dos filhos, deixando a responsabilidade sob a égide de sua ex-companheira, sabendo que isso atrapalhará definitivamente a vida de sua ex-companheira e, consequentemente de seus filhos.

Mediante as estas situações elencadas, a todos os fatores de vulnerabilidade e aos delitos cometidos pelas heranças do patriarcado estabelecido culturalmente em nossa sociedade, muitas mulheres que são colocadas no lugar de não independente, devido à questão financeira, além de serem ridicularizadas por não se separarem de seus companheiros.

Embora a Lei Maria da Penha contribua na defesa das mulheres e tenha representado avanços em termos da proteção às nossas vidas e a não naturalização da violência gênero, as ações contra alguns tipos de violência como a psicológica e a patrimonial são insuficientes.

Mas, esse tipo de violência é muito comum e se faz necessário seu esclarecimento para que as denúncias de abusos financeiros sejam cada dia mais visibilizadas, para termos maior acolhimento no Ministério Público em relação a esses casos.

Vale lembrar que ao denunciarem este tipo de violência ao poder de direito, muitas vezes, as mulheres são

ridicularizadas, taxadas como incautas e responsabilizadas pelo ocorrido. Os profissionais que deveriam acolher o caso, omitem-se a fazer uma investigação mais apurada aos fatos apresentados, desqualificando as mulheres e diminuindo, para não dizer anulando, o grau de prioridade da ação.

Nosso dever enquanto Mulheres de Luta é apresentarmos subsídios e nos apoiarmos mutuamente, ao mesmo tempo, combater o que está posto e exigir do Estado o atendimento adequado para as mulheres que passam por qualquer tipo de violência. Sigamos juntas na construção de uma sociedade mais justa e sem violências... “ninguém larga a mão de ninguém!” 🍷

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

47,5%
das vítimas

ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.

(Fonte/imagem: Valentine Reis Pessali Advocacia)

MULHER E RESISTÊNCIA NO BRASIL



Poliana Fé do Nascimento
Professora da rede pública
estadual de SP, coordenadora
regional da Apeoesp e
militante da TLS.

Ser mulher no Brasil com certeza não é fácil! Para mulheres negras, então, as desigualdades ficam ainda mais latentes! Todas as estatísticas apontam um caminho árduo. Por isso, ninguém melhor para falar sobre esse assunto do que nós, mulheres que passamos no dia a dia este processo de enfrentamento ao machismo, de busca da liberdade, representatividade e igualdade.

Ser mulher no Brasil é ser maioria da população. Atualmente a população feminina é de mais que 105 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Porém, ser maioria numérica não basta para nós... ainda somos assassinadas, estupradas, desvalorizadas, assediadas. Também enfrentamos um combate que vai contra o estereótipo da dona de casa, as mulheres pobres sempre trabalharam ao longo de toda a nossa história e a participação da mulher brasileira de classe média no mercado de trabalho cresceu. Nós, brasileiras, somos responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias. Ainda assim, a relação entre gênero e trabalho ainda é desigual.

Em uma sociedade em que prevalecem os valores patriarcais e machistas, onde as mulheres, muitas vezes, são impedidas de se organizar, nossa resistência por si só já é revolucionária e faz com que resultados se concretizem e a sociedade se transforme. São décadas de luta das mulheres por direitos, liberdade, igualdade e representatividade. Lutas que ampliaram nosso protagonismo em todos os espaços de atuação.

Uma retrospectiva rápida nos mostra que no Brasil, e no mundo, as mulheres têm protagonizado movimentos de resistência e por direitos, provocando mudanças e reflexões sobre as estruturas patriarcais que nos permeiam nos espaços privados e nos espaços públicos. Tratam-se de lutas que interferem decisivamente na história dos países. Podemos citar a importância das mulheres na derrubada do deputado Eduardo Cunha ou a forte presença das mulheres nas categorias que resistem à Reforma da Previdência, assim como a gigantesca mobilização das mulheres argentinas em defesa da legalização do aborto e a Marcha das Mulheres contra Trump nos EUA e em outros países...

Falar de mulher e resistência no Brasil, é falar de todas nós e, também, é falar de Marielle Franco, assassinada brutalmente no Rio de Janeiro, mostrando de forma trágica que o racismo, o machismo e a lesbofobia seguem fortes e presentes em nosso país. Mulher negra, vinda da favela da Maré, lésbica e de esquerda, não foi tolerada no espaço de poder dos homens brancos e ricos, acostumados a fazer da política o lugar de benefício da elite. Entretanto, a luta de Marielle é, também, nossa luta, sua força segue viva em cada uma de nós!

Assim, ser mulher no Brasil é ser resistência! E nossa resistência é fundamental em todos os espaços, para o enfrentamento do machismo estrutural e violento que atua na sociedade e, também, para a transformação radical do mundo em que vivemos... sigamos! ✊



Foto: Nelson Ezídio



MARIELLE,
CADÊ VOCÊ,
MENINA?

AQUI!

TOU
AQUI!

AQUI!

AQUI!

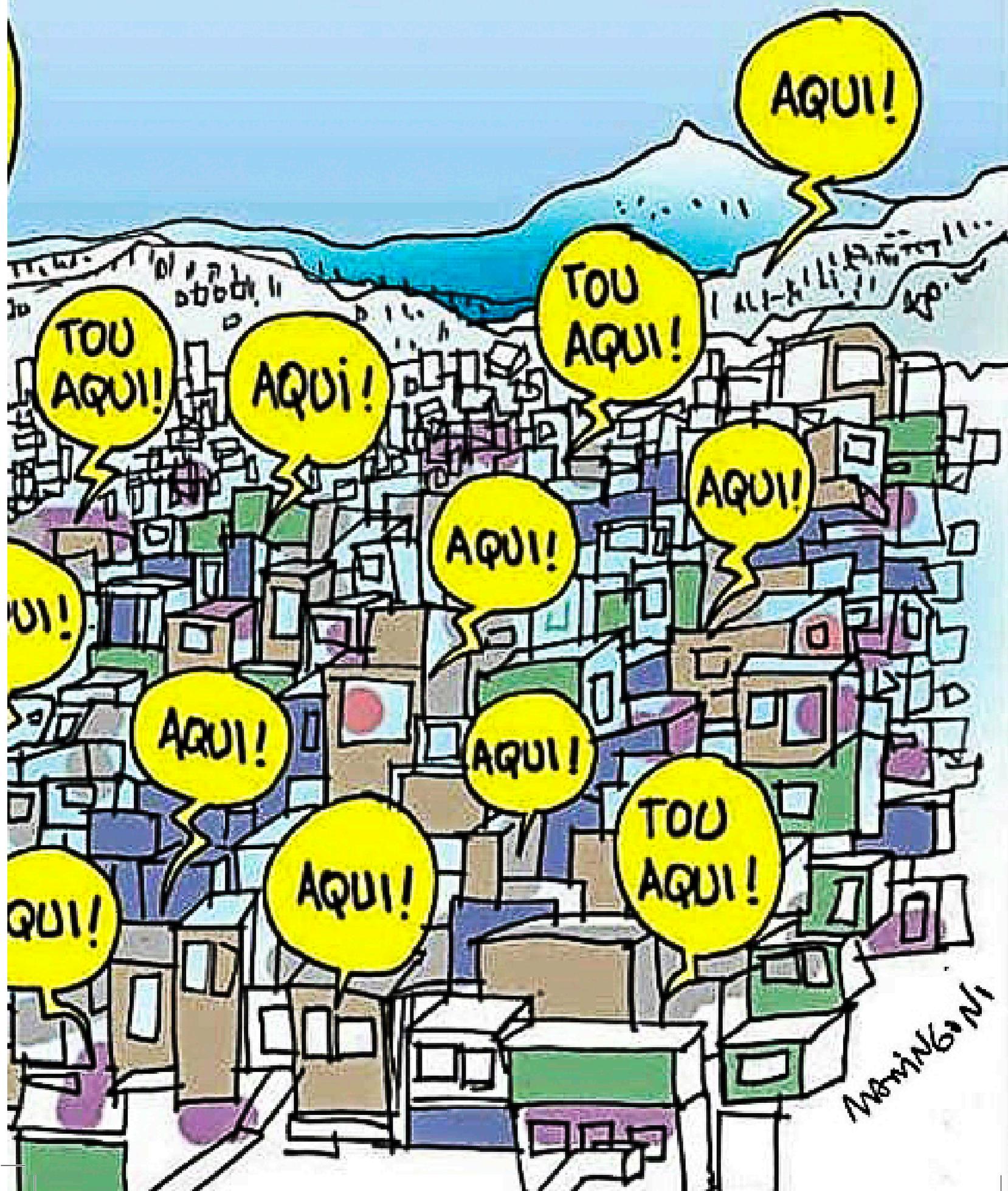
AQUI!

AQUI!

AQUI!

AQUI!

AQU



MORNING NI



**MARIELLE
PRESENTE**